

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE PERNAMBUCO – COEPIR/PE

REGISTRO DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

04 DE MARÇO DE 2026

Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), foi realizada a 11ª (décima primeira) Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Pernambuco – COEPIR/PE, na sala de reunião da Casa dos Conselhos, localizada no Empresarial Palmira II, Avenida Conde da Boa Vista, nº 1410, bairro da Boa Vista, Recife – PE. Estiveram presentes, pela **sociedade civil**: Janaina Câmara (Movimento de Povos Tradicionais de Cidades de Pernambuco – titular e presidenta do COEPIR), Danielle Patricia (Abassá Kayangu Kia Itembú – suplente), Vera Regina Baroni (Uiala Mukaji / Coletivo Mulheres Negras – titular), Ariane Gabriele Silva (Casa Xambá – titular), Cícero Alexandre (Federação Quilombola – titular – Serra Talhada), Maria Antônia dos Santos (Federação Quilombola – suplente – Inajá) e Maria Leonora Lourenço (Instituto de Cultura Maria Luiza – suplente). Pelo **governo**, estiveram presentes: Gustavo Tenente Cruz (Secretaria de Defesa Social), Leonardo de Barros Lopes (Secretaria de Saúde), Mônica Simplício (Secretaria de Saúde – suplente), Natália Vasconcelos (Secretaria de Educação) e Renata Farias (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – suplente). Iniciada a reunião, foi apresentada a pauta **Planejamento de Ações**, dando início às discussões. Janaina Câmara (Movimento de Povos Tradicionais de Cidades de Pernambuco – presidenta do COEPIR) apresentou a proposta de criação de um **Grupo de Trabalho (GT)** para revisar, atualizar e propor alterações ao **Plano Estadual de Igualdade Racial**, a qual **foi aprovada pelos presentes**. Vera Regina Baroni (Uiala Mukaji / Coletivo Mulheres Negras) destacou a necessidade de fortalecer a **representação governamental na composição do conselho**, considerando lacunas existentes. Cícero Alexandre (Federação Quilombola) levantou dúvidas acerca das **questões financeiras relacionadas à elaboração de editais**, ressaltando a necessidade de orientação ou formação específica sobre o tema. Também relatou ausência de retorno a comunicações encaminhadas à secretária Joana acerca do **Plano Quilombola**. Foi registrada a necessidade de realização de **reunião extraordinária com o setor jurídico** para orientação sobre possível correção na publicação do **regimento interno do conselho**. Na sequência, Renata Farias (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos) apresentou reflexões sobre a **reorganização do conselho ocorrida em 2024**, sugerindo avaliar a separação entre secretarias e a permanência do modelo atual de **mesa diretora** ou eventual inclusão de seus membros como assento no conselho. Destacou ainda a existência de **cinco comissões temáticas e uma Comissão de Ética de caráter volante**, ressaltando a necessidade de garantir **paridade em sua composição** e sugerindo consulta às atas anteriores para verificação da estrutura definida. Ainda em sua fala, propôs a construção de uma **metodologia para elaboração de um plano de ação do conselho**, visando organizar as atividades e assegurar continuidade às ações planejadas. Como encaminhamento, **ficou aprovado por unanimidade que cada representação presente, na próxima reunião, sugere metodologias para construção do plano de ação do conselho**. Natália Vasconcelos (Secretaria de Educação) destacou a importância de fortalecer a **participação das secretarias no conselho**, bem como garantir devolutivas institucionais e ampliar a articulação intersetorial.

Gustavo Tenente Cruz (Secretaria de Defesa Social) ressaltou a importância de que **pautas e devolutivas sejam formalizadas via SEI**, garantindo respaldo institucional, e sugeriu visitar pautas ainda em aberto antes da realização das assembleias. No campo da articulação institucional, Janaina Câmara sugeriu que a secretaria do conselho solicite, **via SEI, o calendário de atividades das secretarias relacionadas à pauta racial**, possibilitando maior participação do conselho. Também **ficou aprovado que todos os convites institucionais recebidos sejam compartilhados com o colegiado**. Danielle Patricia (Abassá Kayangu Kia Itembú) sugeriu que o **Plano Estadual de Igualdade Racial contemple ações em equipamentos públicos**, especialmente unidades de saúde e escolas. Cícero Alexandre solicitou a possibilidade de utilização de **selo institucional do COEPIR**, acompanhado da assinatura da presidenta do conselho, para certificação de atividades em seu município. Maria Antônia dos Santos (Federação Quilombola) apontou inconsistências nos dados do **CadÚnico relacionados à população quilombola**, mencionando registro de cerca de 4 mil pessoas cadastradas frente a estimativa de aproximadamente 1.400 moradores nas comunidades, sugerindo **ações de letramento racial e capacitação nos municípios**. Na pauta da saúde, Mônica Simplício (Secretaria de Saúde) informou a existência de **plano de saúde voltado à população negra**, bem como planos destinados à população LGBTQIA+, pessoas com deficiência e povos indígenas, propondo o compartilhamento desses materiais com o conselho. Janaina Câmara também propôs o **fortalecimento da articulação com conselhos municipais de igualdade racial**, incentivando a **adesão dos municípios ao SINAPIR**, bem como o **mapeamento de municípios que ainda não possuem conselho estruturado**. Cícero Alexandre reforçou a necessidade de **levantamento dos municípios, formação de conselhos locais e incentivo à adesão às políticas de igualdade racial**. Ariane Gabriele Silva (Casa Xambá) realizou a **leitura do último planejamento elaborado**, apresentando ações executadas e apontando aquelas que não obtiveram os resultados esperados. Por fim, Mônica Simplício apresentou, a título de sugestão, a proposta de **articulação entre duas ou três secretarias para realização de ações conjuntas**, com a realização de **seminários bimestrais regionalizados nas quatro macrorregiões do estado**, proposta registrada para **continuidade das discussões em reunião posterior**, sem deliberação final nesta ocasião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.